



AS COMUNICAÇÕES NA IDADE MODERNA

coordenação de **Margarida Sobral Neto**



FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES

Autores

Margarida Sobral Neto

Joaquim Ramos de Carvalho

Ana Isabel Sampaio Ribeiro

Ana Cristina Araújo

José Pedro Paiva

Maria Antónia Lopes

Fernando Taveira da Fonseca



AS COMUNICAÇÕES NA IDADE MODERNA

9	Apresentação	
15	I. Os correios na Idade Moderna	Margarida Sobral Neto
16	1. A estruturação dos serviços de correio sob administração dos correios-mores	
16	1.1 Os documentos fundadores	
18	1.2 A extensão da rede postal durante o domínio filipino	
20	1.3 O regimento de 1644: a organização das comunicações nos inícios da guerra da Restauração	
24	1.4 A criação do correio ordinário das cartas do mar	
26	1.5 A integração do Algarve na rede do correio ordinário	
27	1.6 A preparação dos serviços de correio para a Guerra de Sucessão de Espanha	
28	1.7 As comunicações postais com a Europa	
35	1.8 Olhares críticos sobre os serviços do correio ordinário: “a morosidade e lentidão” dos correios portugueses	
46	2. Os correios em finais do Antigo Regime. A organização de um serviço público rentável para a Fazenda Régia	
47	2.1 O papel de D. Rodrigo de Sousa Coutinho	
49	2.2 A estrutura administrativa dos correios	
52	2.3 O funcionamento dos serviços postais	
55	2.4 Os portes das cartas	
56	2.5 O correio marítimo	
58	2.6 A mala-posta	
66	2.7 Três séculos de serviços postais: um balanço	
77	II. A rede dos correios na segunda metade do século XVIII	Joaquim Ramos de Carvalho
78	1. As correspondências terra-correio no Portugal Sacro-Profano	
81	2. Os Roteiros de João de Castro	
85	3. A rede dos correios: distribuição dos pontos de recolha e expedição	
89	4. Relação entre os Correios e os Roteiros	

97	III. Os correios-mores do reino. Perfil e trajectos sociais	Ana Isabel Ribeiro
98	1. Dos primeiros correios-mores à nomeação de Luís Gomes Elvas Coronel da Mata	
100	2. O percurso social da família Mata	
119	IV. A correspondência: regras epistolares e práticas de escrita	Ana Cristina Araújo
120	1. "A carta consta de letras mas não é profissão de letrados"	
125	2. Usos da carta: modelos de comunicação e regras epistolares	
132	3. O culto da correspondência: escrita, assinatura, selo e sobrescrito	
147	V. As comunicações no âmbito da Igreja e da Inquisição	José Pedro Paiva
148	1. Os bispos e as dioceses	
160	2. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição	
171	3. A comunicação com Roma	
177	VI. As comunicações nas misericórdias	Maria Antónia Lopes
178	1. As misericórdias, pólos de uma densa rede de comunicações	
187	2. Correspondência expedida pelas misericórdias de Lisboa e do Porto	
213	VII. Comunicações institucionais: a universidade de Coimbra	Fernando Taveira da Fonseca
215	1. Um pólo de circulação humana	
224	2. A transmissão de um paradigma: o conteúdo e o método	
226	3. Dois pólos de autoridade em constante comunicação	
233	4. Uma rede multipolar: o financiamento e a gestão económica	
243	5. A circulação de influências: o papel dos colégios seculares	
247	6. Concluindo	
251	Glossário	
253	Bibliografia	
259	Origem das ilustrações desta obra	

IV. A CORRESPONDÊNCIA: REGRAS EPISTOLARES E PRÁTICAS DE ESCRITA

Ana Cristina Araújo



Ana Cristina Araújo

A correspondência: regras epistolares e práticas de escrita

FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES

LISBOA

2005

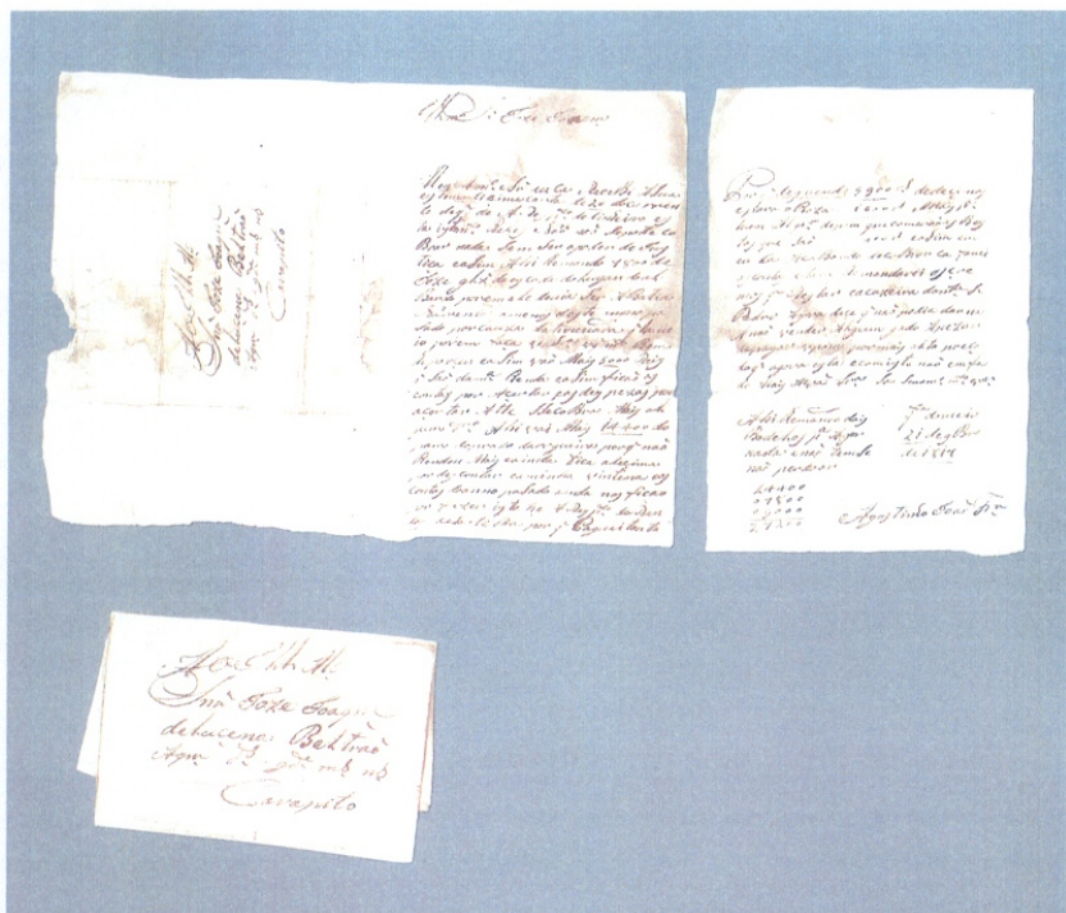
“Não há cousa mais commua, que o escrever cartas; e com tudo não he cousa commua o sabellas compor(...); tanto os ignorantes, como os sabios frequentemente he precizo o communicarem-se por meyo de Cartas, com os ausentes”¹

1. “A CARTA CONSTA DE LETRAS MAS NÃO É PROFISSÃO DE LETRADOS”²

lemento chave no processo de comunicação à distância, a carta exerce o poder mágico de tornar presente pela escrita a voz ausente da palavra. É “um papel escrito a pessoa ausente”, assim a define, singelamente, Rafael Bluteau no *Vocabulário Latino e Português* (1712). Ou, ainda, “é uã mensageira fiel que interpreta o nosso ânimo aos ausentes”³, conforme precisa Francisco Rodrigues Lobo, o primeiro autor português moderno a discorrer sobre o valor social do trato epistolográfico.

Objecto de pequeno formato, normalizado pela medida padrão de uma dobra de papel, a carta guarda e transporta o pensar e o sentir de quem a escreve ou dita. Manifestação única de personalidade, vontade, sensibilidade e inteligência, a carta particular, em especial, perpetua, através da ordem gráfica, a solene inscrição de uma presença viva, perceptível tanto na plenitude da sua autografia alfabética, como, na ausência dela, na marca ou sinal mercenário, feito a rogo, que cunha e autentica, de outro modo, a sua autoria. Maleável, desdobrável e perecível, feita de papel – material de suporte acessível e de fácil manuseamento, cujo consumo se vulgariza nos tempos modernos –, a sua leveza física suporta a carregada inscrição da escrita, mancha escura, por vezes de uma tinta de noz de galha, sobre pálida folha de tons claros.

Instrumento privilegiado de interlocução, a carta, feita para percorrer pequenas e grandes distâncias, cria a possibilidade retórica de elaboração da ausência, inspiradora de sentimentos, por vezes, contraditórios e difíceis de exprimir. Uma das raras ocasiões em que o não dito da carta se confunde com a própria motivação subjectiva de quem escreve é, talvez, este passo de uma missiva de Luís de Camões, enviada do Oriente a um amigo no Reino, em que o poeta confessa: “Depois que dessa terra parti, como quem o fazia para o outro mundo, mandei enforçar a quantas esperanças dera de comer até então”⁴. Para iludir o esquecimento e temperar a memória, estabelece os termos futuros da relação epistolar que pretende firmar com o mesmo correspondente: “por que outras naus me não façam tamanha ofensa, como é fazerem-me suspeitar que vos não lembro, determinei de vos obrigar agora com esta; na qual pouco mais ou menos vereis o que quero me escrevais dessa terra. Em pago da qual, de antemão vos pago com



□ Figura 23. Carta autógrafa de Agostinho João Ferreira ao Sr. Joaquim Beltrão, novas desta” 5. Independentemente da distância que a missiva percorre, assinalada pela data e local em que é redigida, a expectativa que rodeia a chegada do correio é outro aspecto importante salientado pelo poeta, quando escreve: “Desejei tanto uã [carta] vossa, que cuido que pola muito desejar a não vi” 6.

Meio de aproximação de gente apartada, a carta delimita um espaço de relação que nasce do simples gesto de pôr em comum, ou seja, do acto de *communicare*. A sua eficácia comunicativa tem a ver com o “concerto e polícia das palavras” 7, como se dizia no século XVII. O seu efeito mais comum prende-se com o movimento de ida e de volta da mensagem, movimento sem o qual não faria sentido falar em correspondência, usando o substantivo. E o seu alargamento a quase todos os estratos sociais, remete, em parte, para a utilização da linguagem nas sociedades modernas. Cada vez mais permeável à fala corrente – “as palavras da carta hão-de ser vulgares (...) no modo que todos entendam” 8, recomenda Rodrigues Lobo –, a relação

epistolar está, contudo, sujeita a um conjunto complexo de preceitos e a um *modus operandi* demasiado técnico e ritualizado.

Em termos formais, a carta privada distingue-se do bilhete, galicismo vulgarizado no século XVII para designar um pequeno pedaço de papel contendo um recado, um aviso ou uma informação muito breve, podendo apresentar-se dobrado ou atado, chamando-se, neste caso, bilhete com nó, ou seja, secreto. Tais escritos de pouca prosa eram, por vezes, a melhor forma de ocultar razões, como insinua D. Francisco Manuel de Melo neste fragmento de um bilhete: “o que tenho para vos dizer o menos é o melhor [...] visto que a vontade e o respeito se não medem por folhas de papel, porque não tem nada de folha, ou porque não tem medida, vós não recebereis descontentamento de que vos escreva assi quem não tem agora mais papel que este”⁹.

Ao contrário do bilhete, a carta deve ter um protocolo ajustado ao conteúdo da mensagem, estatuto do remetente e posição do destinatário. A sua feitura requer, portanto, disposição apropriada de letras e linhas, sábia gestão de espaços em branco e margens de papel, nomeação conveniente do correspondente, composição da mensagem, por partes ou segundo uma ordem própria, sinal ou selo de autenticação, marca de segredo, elaboração do sobrescrito e expedição.

Com tais requisitos, os procedimentos que caracterizam e formatam a prática epistolar privada e/ou oficial vulgarizam-se na época moderna. São objecto de compendiação sistemática a partir do século XVI, dando origem aos chamados secretários, que fornecem conselhos e modelos de cartas para todas as ocasiões e tipos de correspondentes. Os *Secretários*, como analisaremos mais adiante, apresentam-se então como obras úteis, providas de copiosas instruções, regras e missivas, devidamente classificadas. A estas acrescentam-se, por vezes, diálogos, trocas de amabilidades e cumprimentos retirados de manuais de civilidade. A maior parte das cartas, curtas e impessoais, coligidas pelos *Secretários* podiam ser reproduzidas e apropriadas por um amplo leque de leitores. Mais do que apresentarem receitas, estes guias práticos de redacção epistolar ensinavam, também, o estilo, o sentido e a conveniência da escrita entre correspondentes privados, cuja posição social era reciprocamente reconhecida. A voga de tais livros, prolixos, repetitivos e destinados a todas as camadas sociais escolarizadas ou, pelo menos, alfabetizadas, inscreve-se no contexto mais amplo de difusão da cultura escrita: com os seus modos e os seus usos, os seus instrumentos e instituições, as suas referências ideológicas e formas de imposição social.

Como já foi salientado, no funcionamento das instituições ligadas ao Estado e à Igreja, o recurso à petição e o despacho através de missivas de chancela oficial comprovam bem a preponderância que a comunicação epistolar teve, internamente, na agilização de procedimentos

burocrático-legais, no exercício controlado de poderes e na estruturação de hierarquias. Entre particulares, a correspondência troca-se, preferencialmente, em meio escolar e em círculos restritos de indivíduos alfabetizados. Mas os benefícios da escrita epistolar fazem-se também sentir em múltiplos aspectos da vida quotidiana, especialmente nas grandes cidades, em sectores mais ou menos familiarizados com a cultura escrita ¹⁰.

Para os redactores inábeis, desprovidos de técnica, treino e competência ortográfica que, portanto, escrevem mal, é válida a asserção de Rodrigues Lobo de que “a carta consta de letras mas não é profissão de letrados” ¹¹. Para os analfabetos o inverso também é verdadeiro, dado que só podiam aceder àquele instrumento de comunicação confiando em letrados ou em profissionais da escrita, a quem ditavam ou encomendavam missivas de diferentes estilos e formatos, a troco de remuneração.

Em Lisboa, os escrivães e amanuenses que montavam banca no Pelourinho Velho escreviam a rogo e cobravam os seus serviços à linha, como observava, chistosamente, em 1572, Francisco Morais. De lá partiam “as melhores [cartas] do mundo”, diz o mesmo autor que fala por experiência própria: “Fui ao Pelourinho velho, e fez-m’as Burgos o pequenino, que, crede, leva as lampas a todos. Pela primeira lhe dei cinco reaes, depois me fez outra por dez, que levava já mil magoas; quando veio a de vintem, houvereis já dó de mim, escrita de uma banda e da outra com tinta mais negra que um azeviche” ¹².

É provável que o mercado da escrita à peça – que nos alvares do século XVII absorvia já, naquele local da cidade de Lisboa, doze escrivães de cartas ¹³ – se tenha organizado, em moldes semelhantes, noutros centros urbanos do Reino. Em Coimbra, o rol das sisas de 1617 identifica na freguesia de Santiago 1 escrivão e 1 escrevente; em Santa Cruz 4 escrivães e 2 escreventes; em Santa Justa 4 escrivães e 1 subescrevente; em S. Bartolomeu 3 escrivães e 2 escreventes; na Sé 5 escrivães e 2 escreventes; e em S. João de Almedina 2 escrivães. No total, aparecem arrolados 19 escrivães, 7 escreventes e 1 subescrevente ¹⁴. Distinguidos, talvez, pela sua competência técnica, estes agentes, uma vez reconhecidos e nomeados, reuniam as condições necessárias para agilizar a oferta de serviços remunerados, de natureza escriturária, à população da cidade.

De resto, não era necessário possuir grande destreza gráfica para escrever cartas, como o comprova, entre outros exemplos, a missiva interceptada e confiada a um comissário da Inquisição, redigida e enviada por uma mulher a seu marido. De seu nome Helena da Costa, casada com um alfaiate de Guimarães, domiciliado, ao tempo, em Alcácer do Sal, identificado e surpreendido em situação de bigamia. A carta desta mulher pobre e desamparada é a última de uma copiosa série de outras, anteriormente expedidas por diferentes correios. Foi apreendida em 1654,

quando um mercador de pano de linho apareceu na feira de Alcácer com a incumbência de a entregar ao destinatário, que, entretanto, fugira para Lisboa. Suplicando resposta, Helena confessa: “Muito fistiei oubir novas bosas que tam desconsolada vibo e sen novas vosas muito mais maginando que bos esquesias de min e da bosa filha pois bos tenho escritas catroze cartas todas remetidas a Setuvel a caza de Maria Ribeira adonde me mandaste dizer”¹⁵. Em longo arrazoado de grafia irregular, enumera dificuldades, relata peripécias de vida, dá notícias da terra, envia recados da família e dos amigos, formula pedidos e termina salientando a natureza autógrafa do texto que compusera: “bos fis esta carta que me bai muito mal ja a muito tempo”. Presa à ideia de um casamento mantido por correspondência, esta mulher mantém-se fiel ao marido quando afirma: “não aja falta que me não escrevais todos os correos e percurai as minhas cartas desta vosa molher llena da Costa”¹⁶.

Este caso, cuja singularidade reside no carácter feminino da escrita e na destreza do seu manejo, remete para um universo mais amplo de correspondentes escassamente alfabetizados. À semelhança do que acontece com outras instituições do Antigo Regime, os arquivos da Inquisição guardam provas eloquentes de deficiente aptidão escriturária por parte de indivíduos que se sentem obrigados a pegar na pena por razões diversas: por necessidade de comunicação com o exterior, em desespero, com o intuito de formalizar uma acusação, para avisar e prevenir outros acusados, e, também, por dever de ofício. Neste último grupo encontra-se, por exemplo, um familiar do Santo Ofício de Beja que apresenta uma caligrafia rude, escreve como fala e dá erros ortográficos em todas as linhas, como esta passagem de uma denúncia por si enviada ao tribunal de distrito de Évora comprova: “Como çudito de vossas emlutirsmas e cirstão que soi dei comta a vosas emlutirsmas dos dazaforos que em huma caza deste tremo se cometem, que ção bastantes pera esta cidade ser hum garmde castigo neste termo na fergezia de Ção Brircos mora um Bertolameu Baam por alcunha o rabo a costas o qual hei certo não vive como cirstão mas amtes parese cer ylegem e como tal vive dis pubirquamente que vive com o diabo”¹⁷.

Marginal à matéria deste papel mas não à estrutura da missiva é a maneira como nomeia os inquisidores. Reserva-lhes uma forma de tratamento excepcional, própria de altas dignidades religiosas. Em contrapartida, usa uma linguagem rude com acenos de excessiva submissão. Revela, portanto, um enorme desconhecimento das regras de comércio epistolar, cuja conveniência e conteúdo são objecto de tratamento obrigatório em manuais próprios, de civilidade e boas maneiras, publicados em Portugal, ao longo dos séculos XVII e XVIII. Paralelamente a esta literatura de elite, a cultura postal logra ainda alcançar, como se sabe, tratamento autónomo em livros específicos, de carácter prático, intitulados *Secretários*.

2. USOS DA CARTA: MODELOS DE COMUNICAÇÃO E REGRAS EPISTOLARES

A troca de sinais e mensagens escritas, tal como a conversação, são terreno fértil para a aplicação de preceitos que visam inculcar respeito, amenidade, clareza e correção nos gestos e nas palavras que modelam a comunicação. Neste campo, os manuais de civildade estão para os comportamentos sociais como as gramáticas estão para os falantes da língua¹⁸. Salvaguardam a norma e apontam para um modelo ideal, nem sempre seguido e respeitado, mas que funciona como orientação e como meta para aqueles que querem agir correctamente e singrar na sociedade. Participam de um sistema coerente e unitário de valores, de matriz cristã, e sistematizam, tomando como referência o figurino áulico, preceitos adequados a momentos e situações particulares, ilustrando, assim, condutas, expressões e aparências socialmente valorizadas. Enfim, ensinam a respeitar diferenças de estatuto social, afastam o imprevisível, alargam o jogo da dissimulação útil e proveitosa, respondem a anseios de promoção curial das elites e tornam incontestadas certas condutas sociais. Favorecendo a aquisição de formas de agir e o treino de competências úteis, os manuais de civildade contribuem para impor aquilo a que Bourdieu chamou a ideologia do gosto natural, a qual, segundo o mesmo autor, “naturaliza as diferenças reais, convertendo em diferenças de natureza, as diferenças nos modos de aquisição da cultura”¹⁹.

No âmago desta metamorfose, o trato epistolar, respeitando o espírito da civildade, favorece a emulação e o controlo recíproco de comportamentos, salvaguarda a posição de quem escreve e facilita a troca de pareceres, sentimentos e juízos de indivíduos de idêntico ou diferente estatuto. Percebe-se assim que a *Corte na Aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo, dedique dois capítulos introdutórios ao tema. O diálogo II, “Da policia e estilo das cartas missivas”, versa sobre a origem do termo carta, suas formalidades, elementos constituintes e usos. O diálogo III, “Da maneira de escrever e da diferença das cartas missivas”, apresenta uma tipologia de cartas, fornece orientações para a redacção dos vários estilos de missivas, com exemplos de alguns géneros. Distingue ainda cartas de negócios, cartas a amigos e cartas de governo ou de Estado. No epistolário comum, insiste-se que o objectivo consiste em agradar, seguindo a simplicidade e o justo meio. Deste princípio básico deriva a arte do *Secretário*, conjugação racional de prudência e eloquência, qualidades fundamentais a todo e qualquer cortesão.

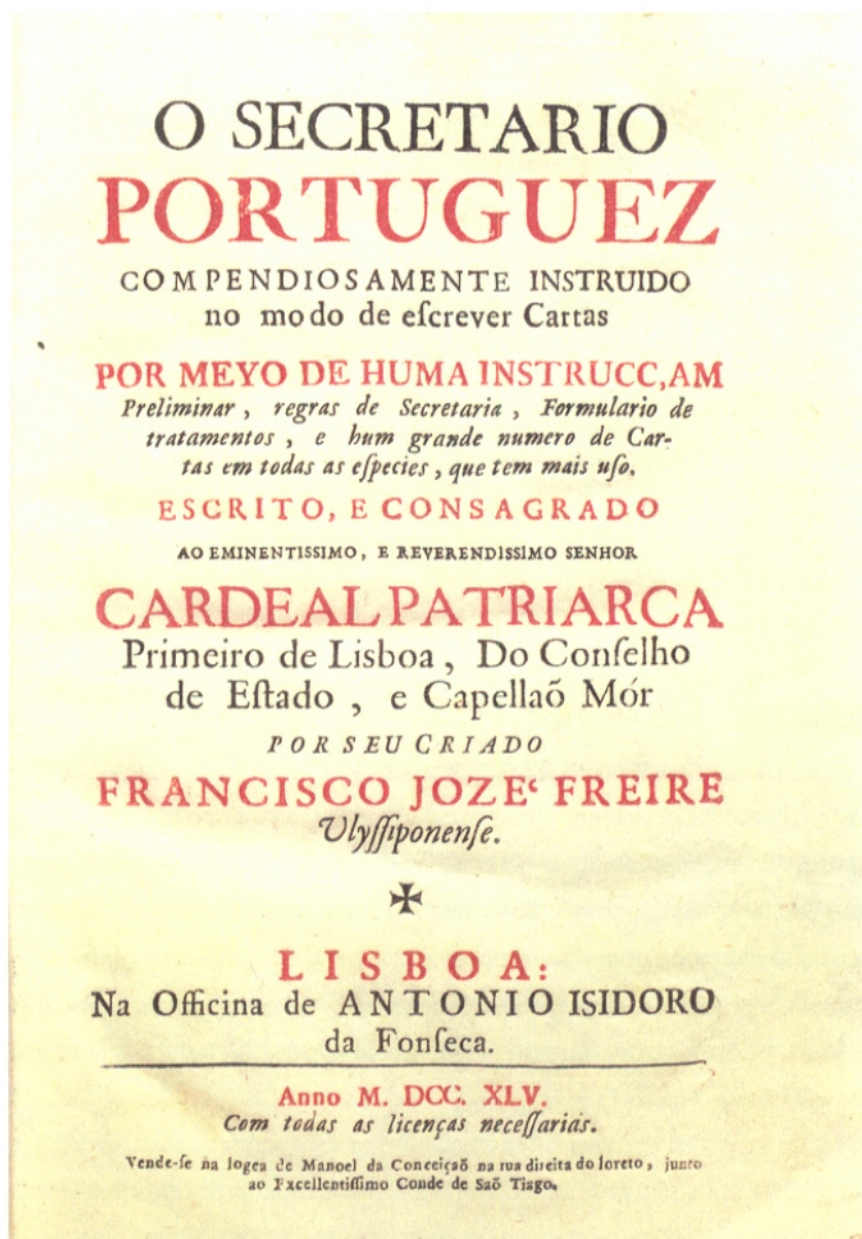
De facto, os manuais de correspondência e as compilações epistolográficas mais significativas do século XVII – as *Cartas dos Grandes do Mundo* coligidas, em 1612, por Francisco Rodrigues Lobo e que se conservaram manuscritas²⁰ e as *Cartas Familiares* de D. Francisco Manuel de Melo, editadas, pela primeira vez, em Roma, no ano de 1664, quando o autor se encontrava

a cumprir uma missão diplomática –, espelham a pauta da eloquência cortesã e reflectem bem o alcance do deslocamento sofrido pela oratória moderna. Deslocamento que começa por convocar o local em que se pronuncia o discurso e se avaliam os dotes de quem o profere, que deixa de ser exclusivamente a corte, os tribunais e o púlpito e se expande ao academismo erudito, aos gabinetes de privados, de letrados e aos salões curiais e mundanos ²¹. Esta expansão dos espaços reservados às práticas do discurso implicou a partilha de autoridade oratória por um maior número de doutos e galantes, responsáveis pela fortuna do estilo epidítico, próprio das cartas de recomendação, de louvor e agradecimento e de outras formas *sui generis* de cumprimentos ²².

Neste contexto, percebe-se que os formalismos da civilidade, instituindo lugares de salvaguarda, de distância e de familiaridade, tenham sido apropriados e reproduzidos pela correspondência e tenham até servido de mote e de cartão de visita à apresentação que D. Francisco Manuel de Melo faz das suas *Cartas Familiares*, sugestivamente inseridas no universo cortesão com estas palavras: “Senhores: Assi como pede a cortesia que saiamos a receber à porta de nossas casas, com alguma cortês demonstração a nossos hóspedes, manda a urbanidade que, com alguma advertência, vamos a encontrar os nossos leitores ao principio de nossos livros” ²³.

Com o alvorecer da modernidade, as técnicas de comunicação epistolar e a demonstração dos usos sociais da retórica passaram a constituir motivo específico de estudo e de aplicação, dando lugar ao aparecimento de obras especializadas sobre o assunto. O longo processo de constituição de uma preceptiva exclusiva da escrita de cartas tem origem na *ars rethorica* antiga, evolui com o prosaísmo circuncoloquial da *ars dictaminis* medieval e, no que toca às modernas formulações do género, é largamente tributário da tradição humanista do Renascimento ²⁴. Um dos textos matriciais da nova epistolografia, *Opus de conscribendis epistolis* [1499] de Erasmo, discorre sobre a função e as qualidades de estilo do *colloquium (sermo)* entre amigos ausentes. Na mesma linha, os mais famosos manuais italianos do século XVI, com destaque para a *Epistolica institutio* [1591] de Justo Lípsio, equiparam a carta a uma *oratio pedestris* e concebem-na como instrumento de comunicação sucedâneo da conversação, com propriedades de estilo e modelos de exposição consentâneos com a *brevitas*, a *perspicuitas*, a *simplicitas*, a *venustas* e a *decentia* ²⁵.

No século XVI, com a expansão do Humanismo por toda a Europa, a epistolografia triunfa e reafirma a sua vocação de género adequado à comunicação escrita circuncoloquial: breve, clara e elegante. Na época, as obras de retórica e de teorização literária, as modernas compilações de cartas e os guias práticos de arte epistolar contribuíram para actualizar a preceptiva epistolográfica. À escala peninsular merecem destaque o *De conscribendis epistolis* (Basileia, 1536) de Juan Luis



□ Figura 24. Frontispício da primeira edição do *Secretário Português*. Vives, objecto de dezoito edições no decurso do século, o *Manual de escribientes*, de Antonio Torquemada, dado ao prelo em meados de Quinhentos, e as *Epístolas familiares* (Valladolid, 1542), de Fr. António de Guevara. Estas obras, a par de recolhas antológicas clássicas, não deixaram de ser, no todo ou em parte, motivo de inspiração e fonte de informação, nomeadamente para Francisco Rodrigues Lobo e D. Francisco Manuel de Melo.

Até à publicação tardia, em 1745, do *Secretário Português compendiosamente instruído no modo de escrever cartas*, de Francisco José Freire ²⁶, circularam também em Portugal: a *Arte de cartas missivas*, de Manuel Tesauro, impressa em Valência, em 1696 ²⁷; e *Il Segretario principiante ed instruido*, de Isidoro Nardi ²⁸. A par destes dois títulos eram igualmente conhecidos e consultados: *Le Sectraire de la Cour* (1631), de Jean Puget de La Serre e, entre outros, *Le Secrétaire à la Mode ou Methode facile d'écrire selon le temps diverses Lettres de Compliment, Amoureuses ou Morales* (1651), do mesmo autor ²⁹. O sucesso do género é atestado pelas sucessivas recompilações das obras de Puget de La Serre e pelo aparecimento de novos títulos como *Le Secrétaire du cabinet* (1653) e *Le Nouveau secrétaire de la cour* (1714) ³⁰.

Tem portanto fundamento a afirmação que António Luís de Azevedo profere na dedicatória *À Academia dos Generosos e Aos Discretos* relativamente à superioridade das cartas de D. Francisco Manuel de Melo, que, diz, se encarregara de coligir: “Vi muitos volumes de Cartas que escreveram os antigos e modernos, assi latinos, como italianos e espanhóis e franceses. Confesso que nenhuma me pareceram melhores. E mais creo que me não engano, deve ser porque de todas tem o melhor” ³¹.

O ascendente exercido em Portugal, como em Espanha, pela tradição epistolográfica italiana – de Justo Lípsio a Isidoro Nardi – articula-se com a visão protocolar da vida social inspirada em *Il Libro del Cortegiano* (ou abreviadamente *Il Cortegiano*), de B. Castiglione, *Il Galateo*, de Giovanni Della Casa e em *La Civil Conversatione*, de Steffano Guazzo ³². Na verdade, a arte de saber viver em sociedade, aprimorada na conversação e na linguagem, espelha-se, exemplarmente, no engenhoso jogo da troca epistolar. No século XVIII, apontam-se como exemplos a seguir as compilações manuscritas, que circulavam em cópia, de titulares, membros da Academia Real da História e figuras da corte de D. João V, nomeadamente do marquês de Alegrete, Manuel da Silva Teles, do conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, do conde de Assumar, do marquês de Fronteira, do marquês de Abrantes, do conde de Tarouca, do marquês de Valença, D. Francisco de Portugal e de D. Francisco de Sousa, senhor de Calhariz ³³.

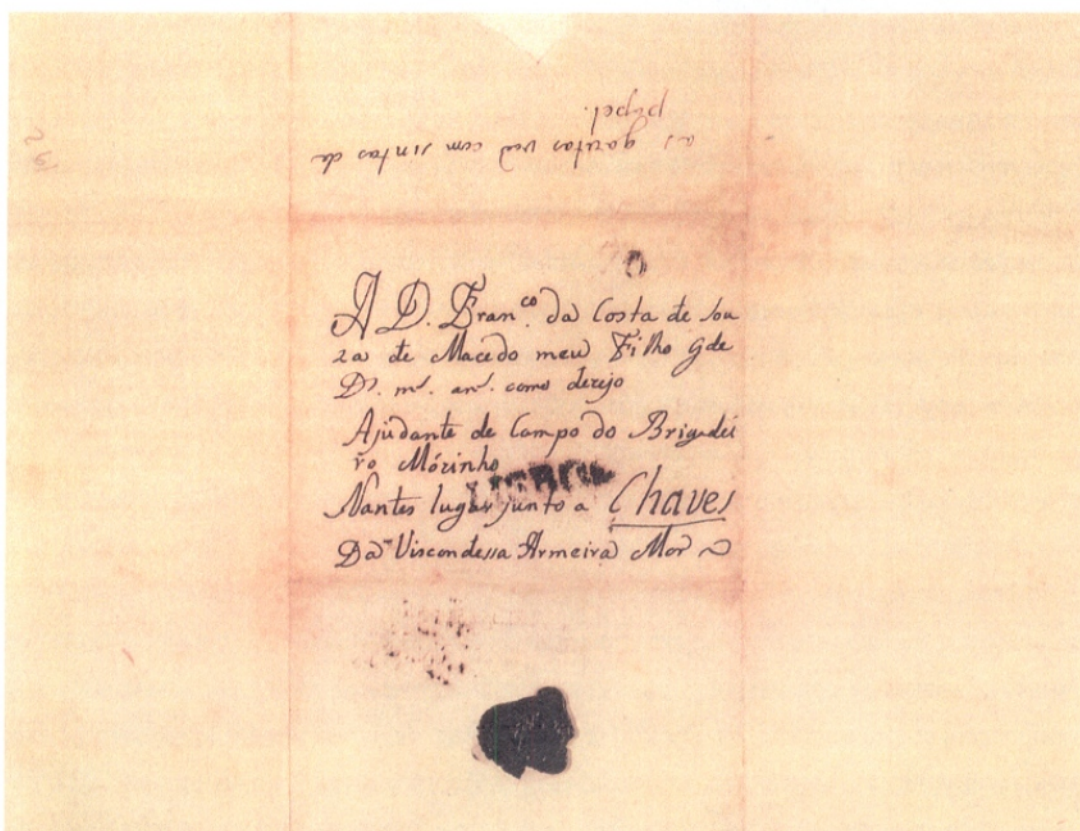
Paralelamente, com o objectivo de corrigir os vícios mais comuns da correspondência escrita: demora, prolixidade, aspereza e ignorância, *O Secretário Portuguez* recomenda: segredo, erudição, generalidade, reflexão e eloquência. O primeiro atributo garante a privacidade da comunicação; o segundo responde ao tipo ideal de correspondente; a generalidade tem a ver com o uso da palavra e os artifícios do discurso: “o falar natural louva-se, e agrada: o que he ocultamente artificioso não se vitupére, se o negócio o pede, e se não degenera em escuridade” ³⁴. Na linha do estilo “claro, breve, sentencioso e próprio, sem afeite, nem rodeos, nem metáforas” ³⁵,

IV. A CORRESPONDÊNCIA: REGRAS EPISTOLARES E PRÁTICAS DE ESCRITA .

generaliza-se o entendimento de que “o modo com que se escreve é um pouco mais apurado do que com que se fala”³⁶. A lógica da escrita subordina-se, contudo, ao alinhamento prévio da carta e este depende da percepção social dos sujeitos que sustentam a relação epistolar. Para conformar o conteúdo e o estilo da missiva à compreensão e à posição social do destinatário, o sujeito que escreve sabe que para um correspondente de “inferior condição, ou de pouca capacidade, deve usar termos mais naturaes, para o contheudo se lhe faça perceptivel. Com os amigos [senão houver outro motivo] deve ser liberal de palavras, de discurso, e de expressões afectuosas. As pessoas illustres e de grande predicamento, pelos seus empregos deve escrever succintamente, e com estylo respeitoso [...]. Se as pessoas forem sabias, usará de erudição, e de hum estylo escrupulosamente castigado [...] deve também reflectir muito nos estilos, nos tratamentos, nos termos e nas consequências, que podem ter as Cartas, para que não vão offender, nem dellas nasção algumas differenças”³⁷.

Quanto ao conteúdo, e de acordo com os preceitos da retórica, *O Secretário Português* distingue três géneros de composição epistolar: demonstrativo, judicial e deliberativo. No primeiro, inclui as cartas de agradecimento, oferecimento, louvor e aviso. No segundo, as epístolas de justificação, queixa ou desculpa. Por fim, reserva o estilo deliberativo para as cartas de pêsames, recomendação, consolação, exortação e conselho, entre outras. Tendo em conta o carácter pragmático da troca epistolar, Francisco José Freire apresenta, para todos estes tipos de cartas, exemplos de redacção susceptíveis de serem reproduzidos. Sem a mesma profusão de textos adaptáveis, a *Arte de Retórica* (1750) de Manuel Pacheco de Sampaio Valadares pormenoriza, com mais minúcia do que fizera Francisco José Freire, os aspectos teóricos dos vários tipos de missivas³⁸.

Contemporâneo destes autores, Luís António Verney dedica as cartas I e VI do *Verdadeiro Método de Estudar* (1746) ao estudo da língua, às regras do discurso e ao exercício prático da correspondência. Na sua metodologia de ensino gramatical, a valorização do texto epistolar compreende-se como meio de vulgarização do bem escrever. Recapitulando o estado da arte, salvaguarda o contributo do padre António Vieira enaltecendo as suas “cartas mais fáceis”, ou seja, “as que não degeneram em sermão”. Critica “os tratamentos e o modo de escrever a diversas pessoas” que via praticar em Portugal e, contra algumas evidências em contrário, sustenta não existirem em Portugal, livros sobre “urbanidade e cerimonial” que ensinem “como escrevem os Reis e os Grandes entre si, e às pessoas de diferentes hierarquias mais inferiores; como os inferiores escrevem a toda a sorte de pessoas de maior esfera, tanto secular, como eclesiástica, etc.; apontam-se os sobrescritos, e põem-se algumas cartas para exemplo: Isto ensina a todos e impede o fazer erros. Mas em Portugal, é desconhecido este método”³⁹.



□ Figura 25. Carta da viscondessa de Mesquitela para seu filho Francisco da Costa de Sousa de Macedo, Lisboa, 1 de Agosto de 1809

Contrariando tipos de tratamento inadequados e modos de redacção afectados, Verney defende um estilo simples para as composições familiares e uma escrita grave, precisa, contida e sem ornamentos para as cartas de negócio.

Até meados do século XVIII, a manualística epistolar portuguesa não explorou a via da especialização e foi até parca em conselhos e instruções para certos tipos de missivas. Apesar de serem correntes, as cartas amorosas, de galanteria e de negócio não constavam, por exemplo, do elenco dos modelos prontos a usar, inseridos nas primeiras edições do *Secretário Português*, o guia prático, por excelência, do género.

A carta amorosa, de matriz literária, não se confunde, em absoluto, com a natureza atípica e anarrativa de outras sugestivamente compiladas por *Secretários* estrangeiros dos séculos XVII e XVIII que, como atrás frisámos, também tinham leitores em Portugal. Em França, os *Secretários* dedicam 15% a 50% das suas páginas à correspondência do coração. Com o tempo, os modelos de escrita “cor-de-rosa” modernizam-se e, em termos autorais, ganham uma forte expressividade feminina ⁴⁰. Em *Lettres amoureuses et morales des beaux esprits de ce temps*

IV. A CORRESPONDÊNCIA: REGRAS EPISTOLARES E PRÁTICAS DE ESCRITA .

[1622] de Rosset, 12% de cartas amorosas são atribuídas a mulheres; em *Le Secrétaire de la Cour ou la manière d'écrire selon le temps* (1631) de Jean Puget de La Serre, 22%; em *Lettres de toutes sortes de sujets* (1690) de Vaumorière (1690), 40%; no *Sécretaire de ce temps* (1709) a percentagem sobe para 45% ⁴¹. Acompanhando a evolução das convenções sociais, “a carta de galanteria faz a sua aparição nos *Secretários* em 1684 ao lado da carta de amor. Um pouco mais tarde, Vaumorière distingue as ‘cartas galantes e divertidas’ das ‘cartas ternas e apaixonadas’ (1690), e, um quarto de século depois, as cartas de amor e de galanteria desaparecem dos *Secretários* não especializados” ⁴².

Antes de aparecerem codificadas em França, já em 1664, D. Francisco Manuel de Melo incorpora nas suas *Cartas Familiares* algumas missivas alusivas à prática da galanteria dando, assim, dimensão literária a comportamentos e linguagens de corte, socialmente reconhecidos. Dirigindo-se a cortesãos, mantidos no anonimato, tanto discorre sobre os irresistíveis encantos e perigos da galanteria, como evoca, a pretexto de situações concretas, os jogos de sedução desenrolados na presença de uma dama ⁴³.

Com o comércio passa-se, exactamente, o inverso. As cartas comerciais, comuns a qualquer empresa e indispensáveis, desde os alvares do capitalismo, ao funcionamento do mercado, tardam em aparecer em letra de forma para uso corrente. Desprezando o influente e dinâmico correio mercantil que animava a capital portuguesa, em meados do século XVIII, Francisco José Freire, por preconceito, faz tábua rasa da carta comercial e não a integra, em versão de formulário, nas primeiras edições do *Secretário Português*. A obra sofreu, ao longo do século XVIII e primeira metade do século XIX, inúmeras impressões, vários acrescentos e adaptações. Pela primeira vez, a edição rolandiana de 1777 apresenta três suplementos relativos à teoria e prática do comércio e um tratado de câmbios, que continuarão a ser reimpressos até, pelo menos, finais da centúria de Setecentos.

Os tempos eram outros. Rompendo com a tradição peninsular de relativa subalternização da literatura mercantil de cunho prático, um pouco antes, em 1758, João Baptista Bonavie dá à estampa o *Mercador Exacto nos seus livros de contas, ou methodo facil para qualquer mercador, e outros arrumarem as suas contas com alguma clareza*, obra que ensina noções de contabilidade e cálculo e que incute já a necessidade da escrituração, ordenação e classificação do escritório mercantil ⁴⁴. No ano seguinte, começava a funcionar, em Lisboa, a Aula do Comércio, uma das primeiras instituições do género criadas na Europa ⁴⁵. Acompanhando a instrução formal dos homens de negócio, o papel conferido ao correio é lateral à *Arte e Dicionario do Comercio e economia portuguesa* (1784), mas torna-se mais evidente na *Escola Mercantil* (1803) de Manuel de Luís Veiga, inspirada no *Parfait négociant*, de Jacques Savary ⁴⁶.

Se a literatura mercantil, destinada a ter sucesso, contempla, agora, de forma explícita, os aspectos formais da comunicação de homens de negócios, nacionais e estrangeiros, também os novos manuais de civilidade não descumram as formalidades necessárias ao bom uso da correspondência, qualquer que ela seja. É o caso do *Perfeito pedagogo ou arte de educar a mocidade, em que se dão as regras da polícia e urbanidade christã, conforme os costumes de Portugal* (1782) da autoria de João Rosado de Vila Lobos e Vasconcelos e, especialmente, da *Escola de política ou tractado pratico da civilidade portugueza* (1785) de D. João de Nossa Senhora da Porta Siqueira que, incorporando alguns tiques claramente burgueses, aborda, em capítulo específico, a composição e caracterização da epistolografia corrente, fornecendo também modelos modernizados de cartas. O texto explora, ainda, os novos aspectos práticos da correspondência postal. Na linha da tradição do cerimonial epistolográfico, a tónica das diferenças hierárquicas entre correspondentes persiste, distinguindo-se a missiva pelo conteúdo, objecto, função e qualidade do destinatário ⁴⁷.

“Escrever duas palavras com juízo [...] considerando quem escreve e a quem escreve; em que circunstância” ⁴⁸, eis, parafraseando Verney, a filosofia elementar, em finais de século, da comunicação escrita à distância. Com base em enunciados de outra natureza, a ocupação das linhas e a gestão dos espaços em branco da folha de papel merecem tratamento especial, o sobrescrito é analisado à lupa e as marcas de autenticidade da mensagem concitam recomendações não menos abundantes.

3. O CULTO DA CORRESPONDÊNCIA: ESCRITA, ASSINATURA, SELO E SOBRESCRITO

A fórmula de endereço com que abre a missiva assinala o grau de proximidade ou, por oposição, a distância que caracteriza a relação epistolar. Aí podem encontrar-se expressões como estas: “Meu pai e meu senhor muito do meu coração” ⁴⁹, “Meus filhos do meu coração” ⁵⁰, “Meu irmão”, “Meu sobrinho” ⁵¹ – comumente utilizadas, no século XVIII, no seio familiar – e “Senhor”, “Senhor Nosso”, “Ex.^{mo} Senhor”, “Ex.^{ma} Senhora”, “Ill.^{mo} Senhor Nosso”, “V. Senhoria”, “Minha Senhora”, “Rev.^{mo}” ou outras formas de tratamento igualmente convencionais que Francisco José Freire, em abono da determinação régia de 1739, transcreve, em apêndice, no *Secretário Português* ⁵².

Mesmo em privado, as formas de tratamento só deixavam de parecer postiças se não fossem aplicadas com propriedade. Por isso, as tentativas de apropriação indevida, feridas de falta de credibilidade, são afastadas e no decurso do texto da missiva apenas se reiteram as modalidades de nomeação usadas *ab initio*. Apesar de todas as prevenções, Luís António Verney

IV. A CORRESPONDÊNCIA: REGRAS EPISTOLARES E PRÁTICAS DE ESCRITA .

apontava a dedo as fatuidades mais comuns em meados do século XVIII: “Quanto mais estimável é este modo de escrever do que aquela ridícula afectação que as secretarias modernas têm introduzido de falar por terceiras pessoas com mil expressões que nada significam (...) chega isto a tal extremo, que, ainda escrevendo em Latim, se escandalizam alguns se os não racham com *Excelências e Senhorias*” 53.

Apesar de tudo, nas missivas familiares vulgariza-se o recurso à 2ª pessoa. E entre amigos mantêm-se o curial *você*. Normalmente, as primeiras palavras, precedidas ou não de uma saudação, são destinadas a formular votos de “completa saúde”, “boa saúde”, “constante saúde e vinturas” 54.

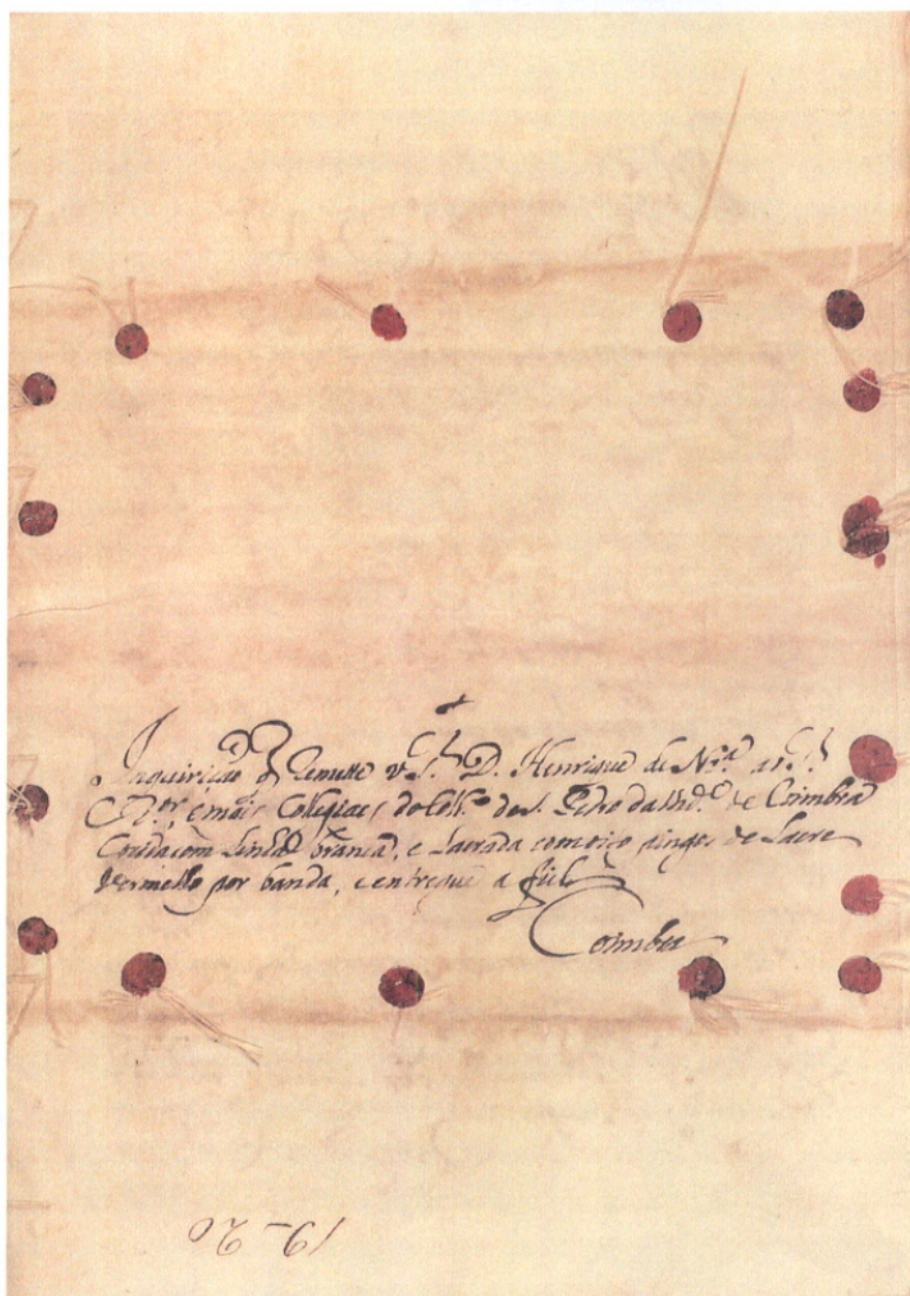
A tradução espacial, imediatamente perceptível, das diferenças que organizam o mundo social encontram-se na forma de nomeação do destinatário, no tratamento e também na disposição da mensagem que lhe é destinada 55. Neste ponto, Rodrigues Lobo regista, com alguma ironia, as modalidades correntes de arrumação do cabeçalho da carta: “da cruz té à primeira regra” ou linha, “há alguns que lhe põem os olhos muito juntos com as sobrancelhas, outros que lhe deixam pelo meio uma estrada de coches; e pela desconformidade que há entre uns e outros, veio a ser regra entre os iguais que fique em branco a quarta parte do papel, que vem a ser no alto a primeira dobra, e na ilharga um espaço razoado que dá lugar à mão para ter a carta sem cobrir as letras, e para se cortar ou passar chancela sem as ofender” 56.

Em abstracto, na época moderna, os dispositivos de cerimónia articulam-se com a gestão dos espaços em branco, nas entrelinhas e à margem. Por questões de natureza prática, nas missivas comerciais, “feitas a pessoas ocupadas, que se fazem por capítulos e apartados, ou perguntas sobre matérias dos mesmos negócios, se deixa igual parte do papel para responder à margem [...] e assim fica servindo para duas ua mesma carta. Mas estas não guardam a regra, nem a cortesia das missivas” 57.



Indistintamente, os requisitos de aparato exigiam, no mínimo, “regras direitas, letras juntas, razões apartadas, papel limpo, dobras iguais, chancela subtil e selo claro” 58. Com esmero e cuidado, compunha-se então o tema ou expunham-se os motivos da missiva. A rematar o corpo da exposição, apresentam-se saudações, com ou

□ Figura 26. Impressão sigilar de sinete do Mosteiro do Desagravo do Lourical (exclusivamente preenchido com a sigla da Companhia de Jesus)



□ Figura 27. Sobrescrito do processo de inquirição de Henrique de Noronha, colegial de S. Pedro da Universidade de Coimbra, ano de 1706 (cosido com linha branca e lacrado com oito pingos de lacre vermelho) sem caução divina, com ou sem atestações de deferência, com ou sem declarações de humildade. A fórmula “Deus guarde V. S.^a muitos anos” vulgariza-se no epistolário amical dos séculos XVII e XVIII. Demonstrações como estas de tio para sobrinha: “afectuoso tio obrigado verdadeiro;

IV. A CORRESPONDÊNCIA: REGRAS EPISTOLARES E PRÁTICAS DE ESCRITA .

de sobrinho para tio: “sobrinho e criado muito verdadeiro e obrigado” tipificam o trato familiar envolvendo diferentes gerações. Prevalecendo sobre a estrita relação de dependência, o respeito e a honorabilidade ditam o cumprimento final de um procurador para um fidalgo: “de V. S^a o mais fiel amigo e menor criado”⁵⁹.

A escrita, feita ao correr da pena, devia ser legível, no caso das cartas hológrafas. Quanto às cartas heterógrafas, compostas a pedido, recomenda-se letra corrida ou de secretário. Nas duas modalidades, as palavras alinhadas e dispostas uniformemente, “com a distinção dos pontos, vírgulas e acentos necessários”, teriam tamanho proporcionado. Um tal preceito visava conter a expansão de exóticas morfologias e, sobretudo, prevenir os inconvenientes do uso frequente de “letra miúda e embaraçada”. Em causa estavam os preconceitos dos cortesãos que, cedendo à moda do tempo, “para afermosearem a letra e facilitarem melhor os rasgos da pena, vão encandeando as letras como sardinhas da Galiza e de maneira confundem a escritura que não há tirar dela o sentido verdadeiro do seu dono”⁶⁰, alusão que vale como preceito manifestação de resistência cultural e estética ao enlaçado e sinuoso grafismo da chamada escrita encadeada.

Para um cortesão discreto, como Rodrigues Lobo, “a carta e a mulher muito enfeitadas, em certo modo eram desonestas”⁶¹. A sua virtude residia na “brevidade sem enfeite, clareza sem rodeios e propriedade sem metáforas nem translações”⁶². Como a clareza estava reservada ao pensamento e a brevidade às palavras, a largueza de papel nem sempre queria significar leitura longa.

Independentemente das partes da carta, variáveis segundo a preceptística da época⁶³, a *conscriptio* não dispensava uma definição clara e inequívoca do carácter do seu autor, o qual, sabendo ler e escrever, devia assinar sem rodeios, pois “o melhor é escrever cada um o seu nome sem mais leitura”⁶⁴. Nas missivas autógrafas, o nome ou sinal do signatário ocupava um lugar de destaque na folha de papel. Num exercício verdadeiramente caricatural, Rodrigues Lobo fornece algumas directrizes sobre os usos e os preceitos a observar na colocação do sinal ou assinatura: “nem há-de estar tão junto das letras que pareça sôfrego delas, nem no meio do papel como quem escolheu melhor lugar, nem tão apartado que fique ausente das regras, nem tanto na ponta do fim que pareça que se amuou àquele canto; mas com um meio ordinário, como é assinar-se um pouco abaixo das regras, mais inclinado à parte direita que à esquerda, que é ua certa modéstia e humildade de quem escreve”⁶⁵.

Redigida em papel limpo, com ou sem chancela, dependendo esta da dignidade do privado e da autoridade ou prestígio da secretaria, a carta devia apresentar-se selada⁶⁶. Neste caso, ostentava um selo interno de validação, aposto ao papel em que se encontrava redigida, reserva-



□ Figura 29. Pormenor do selo da carta de Fr. Timóteo da Conceição a José Joaquim de Miranda, de 24 (?) de Maio de 1762, representando Santo António com o Menino nos braços

do a indivíduos ilustres, com direito a insígnias, a armas e brasão ⁶⁷, e outro externo, de segurança, nem sempre idêntico ao anterior, que a fechava de forma visível e inequívoca. Este, menos solene, por vezes, anepígrafo, era reconhecido no círculo próximo do sigilante e garantia a confidencialidade da mensagem. Com um tal aparato exterior, a carta mais parecia uma montra social, pois na “meia folha de papel”, em que se fazia a dobra do fecho, gravava-se sinete “pequeno, se a pessoa fo(sse) superior, mayor alguma cousa se fo(sse) igual, e grande se fo(sse) inferior” ⁶⁸.

Corporizando o trilho social do correio das classes mais elevadas, a utilidade do selo terminava ao chegar ao seu destino, pois tinha que ser quebrado para se ler o texto ⁶⁹. Para prevenir alguma inabilidade na aposição exterior do selo havia quem advertisse: “ao abrir a carta não ofenda, que al-

□ Figura 28. Carta autógrafa de Fr. Timóteo da Conceição a José Joaquim de Miranda, de 24 (?) de Maio de 1762, com selo de chapa

guns a fazem parecer carta rota antes de lida” ⁷⁰.

Usado para validar e autenticar a carta, o selo podia ainda ser acompanhado de uma fórmula de corroboração. Esta era sobretudo reservada a comunicações solenes. Nos maços de documentos e epístolas do Colégio de S. Tomás de Coimbra, encontra-se, por exemplo, uma carta selada de Frei Vicente Justiniano, professor geral de Teologia da Ordem dos Pregadores, em que este concede licença ao reitor do Colégio de S. Tomás para se deslocar a Lisboa ou para enviar alguém em sua representação, a fim de tratar de assuntos necessários à instituição. Como prova de autenticidade, o signatário afirma solenemente: “In quorum fidei has propria manu subscripsimus officii sigillo munitis” 71. No pólo oposto, encontra-se uma carta autógrafa, despojada de selo, de um bispo que abdica da sua insígnia numa comunicação puramente informal destinada a um familiar 72.

Marca táctil e visual obrigatória na correspondência dos Grandes, o selo torna-se, a partir do século XVI, extensivo a outros sectores da nobreza e a um número considerável de dignidades eclesiásticas, configurando poderes “que se materializavam em imagens simbólicas e corpóreas, ora mostrando simbologia heráldica, armas pessoais, familiares ou do próprio Estado, ora apresentando ícones religiosos de ancestral veneração” 73. E de tal maneira o selo de chapa em papel 74 se vulgariza que, em meados de Setecentos, um qualificador do Santo Ofício e examinador das três ordens militares, faz gala em ostentar, em breve missiva a um religioso, o seu selo, cuja moldura oval, em fino rendilhado de papel, embeleza a imagem de Santo António com o Menino, gravada em relevo 75.

A importância do selo claro – “assim para o lustro da carta como para a guarda dela, pois é o cadeado que a defende dos curiosos de saber segredos alheios” – encontra-se bem documentada na correspondência hológrafa que Filipe I de Portugal, II de Espanha, dirige às suas filhas Isabel Clara Eugénia e Catarina Micaela, nos anos de 1581 e 1583, período em que realiza a sua jornada por terras lusitanas. Este acervo, composto por trinta e duas cartas, manteve-se no espólio que D. Catarina Micaela levou consigo para o Piemonte. As novidades que encerram, o estilo em que estão redigidas e o facto de não haver a intenção de preservar a sua memória na chancelaria régia, abonam em favor do seu carácter familiar privado 76.

De Lisboa, entre outras observações com interesse, o pai-rei manifesta às infantas meninas, que ao tempo estavam em Madrid, a sua satisfação relativamente à notícia de que ambas entendiam português e encoraja-as a ensinarem o idioma português ao irmão D. Diogo, jurado herdeiro da coroa de Portugal nas Cortes de Tomar 77. A par da língua, outros símbolos identitários, como o selo régio, merecem a sua atenção. Em 3 de Abril de 1581 mimoseia as infantas com um objecto que fará correr alguma tinta: “E porque vi que não tendes selo, envio-vos este que aqui vai, para que com ele possais selar as cartas de minha irmã, as da rainha-mãe e as minhas, e em lacre jul-

IV. A CORRESPONDÊNCIA: REGRAS EPISTOLARES E PRÁTICAS DE ESCRITA .

go que selará melhor, já que em papel não me parece que sele muito bem; mas para mim não se-
leis com lacre, que rasga as cartas, excepto se colocado na parte que se corta. Este é o primeiro
selo novo em que se puseram as armas de Portugal, como vereis no que vai na caixinha” 78.
Faz portanto acompanhar o selo que envia às infantas de instruções muito precisas quanto ao seu
modo de utilização. Obra talvez de Clemente Virago, o selo com as armas reais e uma legenda alu-
siva à soberania dos Habsburgos sobre Portugal, viria a ser ligeiramente aperfeiçoado, conforme
se lê na missiva enviada pelo monarca às suas filhas, datada de 29 de Janeiro de 1582: “Fiz me-
lhorar o selo pelo que já tem mais relevo; não sei se concordarão comigo, mas já se lhe não pode
fazer mais nada e não me parece que sele bem ainda melhor do que o vosso” 79.

Personalizada, circunscrita e íntima a correspondência trocada entre o rei e as filhas corria,
portanto, selada e lacrada. Mais, qualquer novidade que pudesse contribuir para o aperfeiçoa-
mento das técnicas de montagem e expedição do correio era prontamente testada no círculo
íntimo da realeza. Isso mesmo se observa a respeito da utilização de laca da Índia para o lacre
branco das cartas, material cuja frieza ou falta de graça é realçada por Filipe I que se inclina mais
para a moda dos lacres coloridos e, em especial, dos vermelhos e pretos: “Do lacre que trouxe-
ram de lá [Índia], envio-vos uns pedaços, porque são diferentes do que é costume, e uns de la-
cre branco que nunca tinha visto. Selai com ele algumas cartas que me enviardes, para que ve-
ja como fica, embora julgue que deve ser coisa fria” 80 .

Há ainda um outro aspecto curioso nas respostas do pai-rei às cartas das filhas. De um modo
geral, as questões colocadas ou as informações trocadas são reportadas a correios anteriores.
Existe, portanto, a preocupação de responder, pessoalmente, a interrogações concretas, de satisfazer
curiosidades frívolas e, também, de fornecer dados importantes sobre pessoas da família real que
não se viam há muito tempo. Mas, por vezes, a urgência da mensagem e a necessidade de não per-
der a oportunidade da sua expedição por mensageiro especial deixam antever uma certa desor-
ganização do arquivo pessoal, como o confirma este passo de uma das últimas missivas do rei
escritas em Portugal: “Não posso responder às vossas cartas porque as meti num escritório e se-
ria preciso mexer em muitas coisas para as retirar e tão-pouco tenho tempo” 81.

Bem concertada, “com dobras iguais” e selada, a missiva estava pronta a ser expedida.
Mas, na fase final deste longo processo, havia que não descurar o dispositivo formal que garantia
o seu destino: o preenchimento correcto da sobrescrição externa.

Desde inícios do século XVII que fazia doutrina a máxima de que “o sobrescrito serve de notí-
cia e não de adulação”⁸², devendo portanto ser desprovido de adjectivações e de referências a tí-
tulos, cargos, honras, etc. Redigido na dobra exterior da carta, em meia folha de papel, a sua função
era a de dar “notícia vulgar da pessoa a quem se escreve e do lugar aonde lhe mandam a carta,

exprimindo-se nele o nome e a dignidade por onde é mais conhecida, e o lugar aonde naquele tempo assiste”⁸³. Contra a moda dos “sobrescritos miúdos e sobejos”, precisa-se que o destinatário deve ser “mais conhecido por si que pelas confrontações”⁸⁴. Por outro lado, quando “o destinatário é pessoa ilustre, a sua dignidade não consente que se mencione o lugar onde assiste”⁸⁵.

Contrariando aquela norma, os exageros e as ridicularias que enformam a documentação postal passam a ser motivo de gozo e crítica em poesias satíricas, colecções de ditos, apotegmas e factos memoráveis manuscritos ou impressos nos séculos XVI e XVII⁸⁶. Das *Trovas dos da chancelaria para saberem como o aviam de intitolar*, enviadas a Anrique de Almeida, comendador de Cristo e vedor do duque de Viseu, insertas no *Cancioneiro Geral*⁸⁷, ao riso irónico de Luís António Verney, suscitado pela mania de se assinar o exterior de cartas ditas confidenciais, mantêm-se, quase inalterados, os motivos de chacota sobre grafismos e formas de nomeação de notadores, destinatários e sítios.

Outro traço de permanência se observa no costume, reservado a pessoas públicas e a missivas de carácter oficial, de se enviar a correspondência em duplicado, por correios diferentes, para garantir que as cartas importantes chegassem ao seu destino, independentemente de atrasos, extravios ou furtos não atribuíveis ao portador delas. Estas cartas faziam-se acompanhar, nos alvares da modernidade, de uma espécie de guias de viagem, as quais, mais tarde, se generalizaram a outros correios e se deram o nome de *partes*, em razão do averbamento que as acompanhava e que era escrito nestes termos: *Parte o correio de...*⁸⁸. Um dos mais antigos documentos postais deste tipo, de que há notícia, encontra-se no epistolário do cardeal D. Miguel da Silva, embaixador do rei D. Manuel I junto do papa Leão X⁸⁹, português ilustre e figura da mais alta distinção em Roma, a quem Baltazar Castiglione dedicou a primeira edição, de *Il Cortegiano*, saída da oficina de Aldo Manuzio, em Veneza, no ano de 1528⁹⁰. Por coincidência, o círculo traçado em torno da carta, objecto de culto e meio de comunicação cada vez mais sofisticado na época moderna, coloca-se, de novo e de forma indirecta, sob a batuta invisível da civilidade, isto é, sob a avaliação penetrante e ponderada do outro em sociedade, tão invisível e insondável quanto o era o juízo esperado, na volta do correio, do interlocutor ausente.



1. Francisco José Freire, *Secretario Portuguez, compendiosamente instruido no modo de escrever cartas por meyo de huma instrucçam preliminar, regras de secretaria, formulario de tratamentos, e hum grande numero de cartas em todas as especies, que tem mais uso, com varias cartas discursivas sobre as obrigações, virtudes, e vícios do novo secretario. Escrito, e consagrado ao Eminentissimo e Reverendissimo Senhor Cardinal Patriarca Primeiro de Lisboa, do Conselho de Estado, e Capellão Mór*, Lisboa, na Officina de António Isidoro da Fonseca, 1745, p. 1.
2. Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 73.
3. *Idem, ibidem*. p. 89.
4. Camões, *Obras Completas*, vol. III, Lisboa, Sá da Costa, 1946, p. 243.
5. *Idem, ibidem*. Sobre a importância da circulação de papéis manuscritos na época moderna veja-se, por todos, Fernando Bouza, *Corre manuscrito. Una historia cultural del siglo de Oro*, Madrid, Marcial Pons, 2001.
6. *Idem, ibidem*.
7. Francisco Rodrigues Lobo, *ob. cit.*, p. 74
8. *Idem, ibidem*, p. 94. Sobre as modalidades de aplicação daquele princípio à preceptiva epistolográfica veja-se a muito útil antologia e estudo de Andréa Rocha, *A epistolografia em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, IN-CM, 1985.
9. Francisco Manuel de Melo, *Cartas Familiares*, prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento, Lisboa, IN-CM, 1981, pp. 133-134.
10. No passado, a familiaridade com a escrita nem sempre alia a aptidão de leitura à capacidade de autografia alfabética. Os mais recentes trabalhos sobre alfabetização em Portugal no Antigo Regime têm vindo a revelar, para além deste aspecto, outros traços culturais do maior interesse. Vejam-se, especialmente, Francisco Ribeiro da Silva "Alfabetização no Antigo Regime. O caso do Porto e da sua região [1580-1650]", *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. III, Porto, 1986, pp. 101-163; *idem*, "Níveis de alfabetização de oficiais administrativos e judiciais dos concelhos de Refojos de Riba d'Ave e da Maia, na 1ª metade do século XVII", in *Actas do Colóquio de História local e regional*, Santo Tirso, 1979, pp. 307-336; *idem*, "O concelho de Gaia na 1ª metade do séc. XVII; Instituições e níveis de alfabetização dos funcionários", *Gaya*, vol. II, Vila Nova de Gaia, 1984, pp. 187-212; Justino Pereira de Magalhães, *Ler e escrever no mundo rural no Antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*, Braga, Universidade do Minho, 1994; Rita Marquilhas, *A Faculdade das Letras. Leitura e escrita em Portugal no século XVII*, Lisboa, IN-CM, 2000; Maria José Azevedo Santos, *Assina quem sabe e lê quem pode. Leitura, transcrição e estudo de um rol de moradias da Casa da Rainha D. Catarina de Áustria*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2004; e Ana Cristina Araújo, "Com o nome na mão: aproximação ao universo dos alfabetizados na cidade de Lisboa (1700-1830)", in *A cidade e o campo. Colectânea de estudos*, CHSC, Coimbra, 2000, pp. 267-284.
11. Francisco Rodrigues Lobo, *ob. cit.*, p. 73.
12. Francisco de Moraes, "Dialogo III", in *Obras*, Lisboa, Biblioteca Portuguesa, 1852, p. 87; D. Francisco Manuel de Melo, *Apólogos Dialogais*, vol. II, Coimbra, Angelus Novus, 1999, p. 25.
13. Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa* [pref. de Francisco Santana] ed. fac-similada da 1ª ed. [1620], Lisboa, Vega, 1991, p. 95 v.
14. António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1557 a 1640*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1972, vol. II, pp. 405-410.
15. Rita Marquilhas, *A Faculdade das Letras. Leitura e escrita em Portugal no século XVII...*, pp. 49-50 e pp. 288-290; António Mestre Sanchis, "La carta fuente de conocimiento histórico", *Revista de História Moderna. Anales de la Universidad de Alicante*, nº18 [1999-2000], pp. 13-26.
16. *Idem, ibidem*.
17. *Idem, ibidem*, p. 44 e documento XVIII em anexo, pp. 286-288.
18. Ana Lúcia da Silva Terra, *Cortesia e mundanidade. Manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Coimbra, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras, 2000, vol. 1, p. 103 e ss.. Nesta investigação sistemática indicam-se os estudos fundamentais sobre a evolução da literatura e do conceito de civilidade em Portugal e na Europa. Remetendo para a bibliografia especializada que a autora apresenta, saliento, por questões de enquadramento geral, apenas a síntese de Jacques Revel, "As práticas da civilidade", in P. Ariès e G. Duby (dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao século das Luzes*, vol. 3, [dir.] R. Chartier, tradução e revisão científica de Armando Luís Carvalho Homem, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, pp. 169-209.
19. Pierre Bourdieu, *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Éditions Minuit, 1979, p. 73.

20. As *Cartas dos Grandes do Mundo* mantiveram-se manuscritas até 1934, ano em que foram parcialmente publicadas por Ricardo Jorge. A versão impressa contempla as cartas de reis, senhores e homens insígnies portugueses, por estes expedidas ou recebidas, e exclui a parte dedicada às cartas de príncipes e monarcas europeus. Vide *Cartas dos Grandes do Mundo* coligidas por Francisco Rodrigues Lobo [1612] – *Cartas dos reis, senhores e homens insígnies portugueses trasladadas do códice do Museu Britânico e editadas com prefácio e notas por Ricardo Jorge*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

21. Neste aspecto, é paradigmática a recolha de Francisco Manuel de Melo. O seu levantamento inicia-se em 1634 e estende-se até meados da década de cinquenta, sensivelmente. Ressalve-se, todavia, que a colectânea inclui algumas cartas são datadas. Boa parte dos seus correspondentes são letrados e homens ilustres que frequentam academias e salões mundanos. Por morte de Rui de Moura Teles, a quem primeiramente pensava dedicar a obra, oferece-a à Academia dos Generosos. Nem todas as cartas que D. Francisco Manuel de Melo reúne na edição de 1664 são inéditas: seis tinham sido publicadas anteriormente em obras suas e colectâneas alheias. Para além disso, também cópias de cartas incluídas, mais tarde, na edição *princeps*, circularam em versões manuscritas. Sobre o assunto veja-se e estudo introdutório de Maria da Conceição Morais Sarmiento à edição citada. Deve também referir-se, como salienta Andréa Rocha, que “a publicação de cartas familiares, em volume da responsabilidade do autor, só se dá a partir de D. F. M. de Melo, e poucas vezes se repetirá”, *A epistolografia em Portugal...*, p. 29.

22. M. Fumaroli, *L'âge de l'éloquence. Rhétorique et "res literaria" de la Renaissance au seuil de l'époque classique*, Paris, Albin Michel, pp. 542-543; e Roger Chartier, “Des ‘secrétaires’ pour le peuple? Des modèles épistolaires de l’Ancien Régime entre littérature de cour et livre de colportage”, in Roger Chartier et al. (dir.), *La Correspondance. Les usages de la lettre au XIXe siècle*, Paris, Fayard, 1991, p. 171.

23. Francisco Manuel de Melo, *ob. cit.*, p. 51.

24. Vejam-se, por todos, António Castillo Gomez, “Del tratado a la práctica. La escritura epistolar en los siglos XVI y XVII”, in Carlos Sáez e António Castillo Gómez (ed.), *La Correspondencia en la Historia. Modelos y prácticas de la escrita epistolar- VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*, vol. 1, Alcalá de Henares, Biblioteca Litterae, 2002, pp. 70-107; Judith Rice Hen-

derson, “Erasmus on the art of letter-writing”, in James Murphy (ed.), *Renaissance Eloquence. Studies in the theory and practice of Renaissance rhetoric*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1983 e Marc Fumaroli, *ob. cit.*.

25. Marc Fumaroli, *ob. cit.*, pp. 152-157.

26. Francisco José Freire, *O Secretário Português, compendiosamente instruído no modo de escrever cartas por meyo de huma instrucção preliminar, regras de secretaria, formulario de tratamentos, e hum grande numero de cartas em todas as especies, que tem mais uso, com varias cartas discursivas sobre as obrigações, virtudes, e vícios do novo secretario. Escrito, e consagrado ao Eminentissimo e Reverendissimo Senhor Cardinal Patriarca Primeiro de Lisboa, do Conselho de Estado, e Capellão Mór*, Lisboa, na Officina de António Isidoro da Fonseca, 1745. Ao longo do século XVIII fizeram-se, pelo menos, seis reedições desta obra: Lisboa, Officina de Domingos Gonçalves, 1746; Lisboa, Officina de Manuel Rodrigues, 1746; Lisboa, Officina de Ignacio Nogueira, 1759; Lisboa, Typographia Rollandiana, 1777; Lisboa, Typographia Rollandiana, 1787; Lisboa, Typographia Rollandiana, 1797. Inocêncio da Silva regista mais duas impressões: uma em 1786, e outra, na viragem do século, em 1801, mas não indica oficina nem local de impressão. Cf. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 406. Note-se que a obra em epígrafe, com metamorfoses várias, continuou a publicar-se no século XIX.

27. Vide *Inventário da livraria do extinto Colégio de S. Tomás de Coimbra* [ed. Manuel Augusto Rodrigues], Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987, p. 68.

28. Que inspirou Francisco José Freire como o próprio confessa: “Um dos melhores authores; e dos mais modernos he o academico Arcade Isidoro Nardi, que sigo nesta Instrucção Preliminar”, Francisco José Freire, *ob. cit.*, p. 2

29. Cf. Tiago C. P. dos Reis Miranda, “A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII”, in *Prezado senhor, prezada Senhora: estudos sobre cartas*, organização Walnice Nogueira Galvão, Nádia Battella Gotlib, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 44-45.

30. Sobre o assunto veja-se, Roger Chartier, “Des ‘secrétaires’ pour le peuple? Des modèles épistolaires de l’Ancien Régime entre littérature de cour et livre de colportage”, in *ob. cit.*, pp. 159-207.

31. Francisco Manuel de Melo, *ob. cit.*, p. 49.
32. Sobre o assunto vejam-se *Les traités de savoir-vivre en Espagne et au Portugal du Moyen Âge à nos jours* (dir. Rose Duroux), Clermont-Ferrand, Association des Publications de la FLSH, 1995; Ana Lúcia Silva Terra, *Cortesía e mundanidade. Manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII* cit.; José Adriano de Carvalho, "A leitura de *Il Galateo* de Giovanni Della Casa na Península Ibérica: Damásio de Frias, L. Gráçian Dantisco e Rodrigues Lobo", *Revista Ocidente*, vol. LXXIX, 1970, pp. 137-171; Peter Burke, *As Fortunas d'O Cortesão: a recepção europeia a O cortesão de Castiglione*, trad. de Alvaro Hattner, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997; J. G. Herculano de Carvalho, "Um tipo literário e humano do Barroco: o Cortesão discreto", *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, vol. XXVI, 1964, pp. 208-227; e Zulmira C. Santos, "Racionalidade de corte e sensibilidade barroca: os Avisos para o Paço de Luís Abreu de Mello", *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol. II, Porto, Reitoria da Universidade, 1991, pp. 381-401.
33. Francisco José Freire, Prólogo a *O Secretário Português*, Esta indicação, saída da pena de um gentil-homem da casa do cardeal patriarca D. Tomás de Almeida, mecenas das artes e das letras e figura de primeiro plano na corte de D. João V, deve ser tida em conta. Confirmando a relevância deste tipo de fonte e validando, em parte, a indicação feita por Francisco José Freire, veja-se o que escreve Nuno Gonçalo Monteiro sobre a correspondência remetida, entre 1744 e 1751, por D. João de Almeida Portugal, conde de Assumar, para o seu pai, D. Pedro Miguel de Almeida Portugal. Cf. *Meu pai e meu senhor muito do meu coração. Correspondência do conde de Assumar para seu pai, o marquês de Alorna*, [selecção, introdução e notas de Nuno Gonçalo Monteiro], Lisboa, ICS/Quetzal, 2000 e Laura de Mello e Souza, "Fragmentos da vida nobre em Portugal setecentista", in *Prezado senhor, prezada Senhora: estudos sobre cartas*, organização Walnice Nogueira Galvão, Nádia Battella Gotlib, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 77-88; Apesar destes significativos contributos, está por fazer o levantamento sistemático dos epistolários, mesmo incompletos e parciais, destas e de outras figuras ilustradas da nobreza.
34. Francisco José Freire, *Secretario Portuguesez*, p. XI.
35. Francisco Manuel de Melo, *ob. cit.*, p. 50.
36. *Idem, ibidem*
37. Francisco José Freire, *Secretario Portuguesez*, p. XI-XIV.
38. Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e teorização literária em Portugal*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973; e Maria do Céu Fonseca, "Notações histórico-teóricas sobre textos epistolares do século XVII. As *Cartas Familiares* de D. Francisco Manuel de Melo", in *Correspondências 1*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 71-87.
39. Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, vol. 1, ed. de António Salgado Júnior, Lisboa, Sá da Costa, 1949, pp. 37-38.
40. Sobre as cartas amorosas nos secretários vejam-se, por todos, Bernard Bray, *L'art de la lettre amoureuse. Des manuels aux romans (1550-1700)*, Paris, Mouton, 1967 e Maurice Daumas, "Manuels épistolaires et identité sociale (XVIe-XVIIIe siècles)", *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, t. 40.4, Out.-Dez. 1993, pp. 529-556.
41. Maurice Daumas, *A ternura amorosa, séculos XVI-XVIII*, tradução Cristina Robalo Cordeiro, Lisboa, 1999, p. 107.
42. *Idem, ibidem*.
43. A título de exemplo, cabem no primeiro género, as missivas 50 e 105. Já as cartas 563 e 564, ambas inacabadas, são consideradas cartas de galanteria. Cf. Francisco Manuel de Melo, *Cartas Familiares*, pp. 98, 141 e 538-539. Na época, a arte da galanteria desempenhou um papel importante na alteração das maneiras de estar e agir dos cortesãos, estimulando o convívio heterossexual em meios palacianos. Em 1670 publica-se a primeira obra portuguesa sobre o assunto: D. Francisco de Portugal, *Arte de Galanteria. Escriviola D. Francisco de Portugal, oferecida a las damas de palacio por D. Lucas de Portugal*, Lisboa, João da Costa 1670. Foi reimpressa na oficina Craesbeckiana em 1682. Com mais informação Ana Lúcia da Silva Terra, *Cortesía e mundanidade. Manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, vol. 1, pp. 62-65.
44. Cf. Jorge Pedreira, *Os homens de negócio da Praça de Lisboa. De Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*, dissertação de doutoramento apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Lisboa, UNL, 1995, p. 414 e ss.
45. Segundo Francisco Santana, 2000 alunos frequentaram a Aula do Comércio, desde a sua criação até finais do século XVIII, número elevado e superior àquele que resulta do volume de matrículas na Universidade de Coimbra, no mesmo período; Cf. "A Aula do Comércio de Lisboa (1759-1844)", *Revista Municipal*, Lisboa, nº 16.

46. Cf. Jorge Pedreira, *ob. cit.*, p. 417 e ss. Acrescenta-se que, em Portugal, só no século XIX aparecem os primeiros Secretários comerciais. Em 1860 corria já a 6ª edição, a única que pudemos compulsar, do *Novo Secretario Universal Comercial Português*, cuja primeira edição remonta, talvez, ao princípio da centúria.
47. Ana Lúcia da Silva Terra, *Cortesias e mundanidade. Manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, vol. 1, p. 111.
48. Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, vol. 1, ed. de António Salgado Júnior, Lisboa, Sá da Costa, 1949, p. 38.
49. Fórmula de endereço constante da correspondência remetida entre 1744 e 1751 por D. João de Almeida Portugal, conde de Assumar, para o seu pai, D. Pedro Miguel de Almeida Portugal. Cf. *Meu pai e meu senhor muito do meu coração. Correspondência do conde de Assumar para seu pai, o marquês de Alorna*.
50. É assim que abrem duas cartas, muito curiosas, expedidas da Índia, em 24 de Novembro de 1752, pela marquesa de Távora e dirigidas a seus filhos, em Lisboa. Cf. Camilo Castelo Branco, *Narcóticos*, (3ª ed. revista e prefaciada por F. Castro Pires de Lima), Porto, Manuel Barreira editor, 1958, pp. 271-292.
51. Expressões comuns em cartas existentes no espólio de uma família de nobreza de província, cuja linhagem principia com José Gouveia Beltrão. Cf. *Colecção documental do Professor Doutor António Beltrão Póiares Baptista (séculos XVI-XIX)*. Catálogo da Exposição, Coimbra, Reitoria da Universidade de Coimbra, 2002.
52. Cf. Luís Lindley Cintra, *Sobre 'formas de tratamentos' na língua portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
53. Luís António Verney, *ob. cit.*, vol. 3, p. 281.
54. Maria José Azevedo Santos, "Cartas não são papéis velhos. Correspondência da família Beltrão (1774-1833)", in *Colecção documental do Professor Doutor António Beltrão Póiares Baptista (séculos XVI-XIX)*, p. 65.
55. Rocher Chartier, *ob. cit.*, p. 175.
56. Francisco Rodrigues Lobo, *ob. cit.*, p. 80.
57. *Idem, ibidem*.
58. *Idem, ibidem*, p. 75
59. Vejam-se os respectivos documentos em Maria José Azevedo Santos, "Cartas não são papéis velhos. Correspondência da família Beltrão (1774-1833)" in *Colecção documental do Professor Doutor António Beltrão Póiares Baptista (séculos XVI-XIX)*, pp. 67 e ss.
60. Francisco Rodrigues Lobo, *ob. cit.*, p. 82.
61. *Idem, ibidem*, p. 91.
62. *Idem, ibidem*, p. 90.
63. Neste ponto, Rodrigues Lobo aponta para a superação retórica da *ars dictaminis* medieval. Baseado no modelo das "epístolas" familiares de Cícero, fala nas cinco partes da carta: saudação, exórdio, narração, petição e conclusão, *ob. cit.*, p. 91. No século XVIII, Francisco José Freire diz que "todas as cartas (reservando as de narração e descrição) se dividem em quatro períodos. No primeiro se narra o facto; no segundo se roga a que se agradeça, ou respectivamente se dão os agradecimentos; no terceiro se oferece o préstimo; e no quarto se desejão felicidades", *ob. cit.*, p. 2.
64. Francisco Rodrigues Lobo, *ob. cit.*, p. 81.
65. *Idem, ibidem*.
66. Como destaca Andréa Rocha, referindo-se à informação contida na *Miscelânea* de Miguel Leitão, entre os costumes introduzidos em Portugal no século XVI, devem mencionar-se: "as obreias vermelhas nas cartas" e o concomitante "cercear as cortesias no escrever das cartas", *A Epistolografia em Portugal*, p. 31.
67. Sobre a importância do selo de segurança na correspondência de D. Pedro, duque de Coimbra, veja-se Maria José Azevedo Santos, "'Na volta do correio'. A correspondência de D. Pedro, duque de Coimbra (1429-1448)" in Maria Helena da Cruz Coelho (coord.), *As comunicações na Idade Média*, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, 2002, p. 200. Refletindo sobre a matéria das armas e tenções com que se costumavam selar as cartas, Rodrigues Lobo precisa que: "As armas é a insígnia que cada um tem da sua nobreza, conforme ao apelido com que se nomeia, e com o sinete delas selar as cartas de importância", *ob. cit.*, p. 83
68. Francisco José Freire, *ob. cit.*, p. 435.
69. *Manual de Sigilografia*, Madrid, Subdirección General de los Archivos Estatales, 1996, p. 17.
70. Francisco Rodrigues Lobo, *ob. cit.*, p. 80.
71. Ana Isabel Coelho Pires da Silva e Sandra Cristina Patrício da Silva, *Levantamento sigilográfico do fundo documental do colégio de São Tomás de Coimbra*, trabalho realizado no âmbito da cadeira de Introdução à Sigilografia e à Codicologia, Coimbra, 2003, p. 69. Agradeço ao Doutor Saúl António Gomes a indicação deste trabalho, por si orientado.

72. Veja-se, a título de exemplo, a carta autógrafa do bispo de Pinhel, D. Bernardo Bernardino Beltrão a seu sobrinho, José Joaquim Lucena Beltrão, com data de 22 de Fevereiro de 1816, in *Colecção documental do Professor Doutor António Beltrão Póiares Baptista (séculos XVI-XIX)*, p. 77.
73. Saúl António Gomes, "A criação de Hermes numa colecção de documentos antigos", in *Catálogo da Exposição documental do legado do Prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira*, Coimbra, Reitoria da Universidade de Coimbra, 2000, pp. 30-31.
74. O vocábulo selo de chapa designa, em primeiro lugar, a matriz metálica de impressão. Em segundo, refere-se à sua impressão em papel. Normalmente, a aposição era feita com obreia, uma massa de farinha com resina de cor avermelhada. Apunham-se também selos em cera, em metal e em pedra e na modalidade de pendentos. Sobre o assunto veja-se: S. Ricci e Robert-Henri Bautier (dir.), *Vocabulaire International de la Sigillographie*, Roma, 1990.
75. *Catálogo da Exposição documental do legado do Prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira*, doc. Nº 45, Coimbra, Reitoria da Universidade de Coimbra, 2000, p. 80.
76. Aspecto realçado por Fernando Bouza Álvarez no estudo introdutório a *Cartas para duas infantas meninas. Portugal na Correspondência de Filipe I para as suas filhas (1581-1583)*, organização, introdução e notas de Fernando Bouza Álvarez, apresentação de António Manuel Hespanha, Lisboa, CNCDP/D. Quixote, 1998, p. 40.
77. *Idem, ibidem*, p. 167 e ss.
78. *Idem, ibidem*, p. 58.
79. E acrescenta: "Este é de pedra e estão a fazer outro do mesmo modo mas mais pequeno", *ob. cit.*, pp. 123-124.
80. *Idem, ibidem*, p. 173.
81. *Idem, ibidem*, p. 185.
82. Francisco Rodrigues Lobo, *ob. cit.*, p. 79.
83. *Idem, ibidem*, p. 78.
84. *Idem, ibidem*, p. 79.
85. *Idem, ibidem*, p. 79. Um século depois, as regras de composição do sobrescrito permanecem inalteradas, a avaliar pelas indicações fornecidas por Francisco José Freire, *ob. cit.*, p. 435
86. A este respeito, veja-se a nota crítica de José Adriano de Carvalho à edição da *Corte na Aldeia* de Francisco Rodrigues Lobo, *ob. cit.*, p. 78.
87. O Cancioneiro Geral – anota André Rocha – apresenta catorze trovas, "qual delas mais contundente, contra o pobre Nuno Pereira que, esquecido da fórmula dos 'notadores' (Ao mui alto, poderoso e excelente), enderecera uma carta 'pera Alteza do Príncipe nosso Senhor' (IV, p. 238), *A Epistolografia em Portugal*, p. 31.
88. Godofredo Ferreira, *Cartas e carteiros*, Lisboa, CTT, 1949, p. 29.
89. Godofredo Ferreira, *Documento postal do princípio do século XVI*, Lisboa, CTT, 1971.
90. Peter Burke, *ob. cit.*, p. 54.